

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
ANA PAULA DOS SANTOS VIANA

**UNIVERSIDADE MEDIEVAL NO SÉCULO XIII: UM ESTUDO DE SUAS ORIGENS  
SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA FRANCESA**

MARINGÁ  
2011

ANA PAULA DOS SANTOS VIANA

**UNIVERSIDADE MEDIEVAL NO SÉCULO XIII: UM ESTUDO DE SUAS ORIGENS  
SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA FRANCESA**

Artigo contendo os resultados finais da pesquisa referente ao Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Terezinha Oliveira, da Universidade Estadual de Maringá.

MARINGÁ  
2011

ANA PAULA DOS SANTOS VIANA

**UNIVERSIDADE MEDIEVAL NO SÉCULO XIII: UM ESTUDO DE SUAS ORIGENS  
SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA FRANCESA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Terezinha Oliveira (Orientadora)**

---

**Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Irizelda Martins de S. e Silva**

---

**Prof<sup>ª</sup> Ms. Meire Aparecida Lôde Nunes**

MARINGÁ  
2011

## **DEDICATÓRIA**

À Deus, pela minha existência, por me fortalecer em cada momento de minha vida, sem o qual eu nada seria.

Aos meus queridos pais, José e Edna, que em nenhum momento mediram esforços para realizar meus sonhos, me ensinaram a dar os primeiros passos, me mostraram que a honestidade e o respeito são essenciais à vida. A eles devo a pessoa que me tornei, e sou profundamente feliz por tê-los como pai e mãe.

À minha irmã Edlaine, a quem recorro em busca de afeto e aconchego. À minha amada sobrinha, Julia.

À minha orientadora, Terezinha, por sua atenção e dedicação, por acompanhar minha trajetória durante todo o curso de Pedagogia e por me instigar ao estudo sobre educação e Idade Média.

Ao meu esposo, Denício, por seu amor e apoio incondicional.

Às minhas amigas Suzi, Vilma, Olívia, Suzana e Angela, que fizeram parte desta caminhada ao longo desses quatro anos e que representam o verdadeiro significado da palavra amizade.

## **SUMÁRIO**

<b>RESUMO .....</b>	<b>06</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>1. SÉCULO XIII: CONTEXTO HISTÓRICO E A CORPORACÃO UNIVERSITÁRIA .....</b>	<b>10</b>
<b>2. MÉTODO DE ENSINO DO SÉCULO XIII: A ESCOLÁSTICA.....</b>	<b>24</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
<b>4. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>

**RESUMO:** Neste texto, apresentamos um estudo a respeito da universidade medieval presente na História da Educação. Nosso propósito é analisar suas origens, especialmente a parisiense, no século III, por meio do estudo das interpretações historiográficas francesas produzidas no século XX, com ênfase nos medievalistas franceses Jacques Le Goff e Jacques Verger. Além das obras desses autores, utilizamos outras de autores contemporâneos que se dedicaram ao estudo dessa instituição e período. Acreditamos que as formulações historiográficas mostram a importância das universidades como instituições que primam pela preservação e estruturação do saber. Desse modo, é necessário entendermos as reflexões dos autores em análise em consonância com as questões históricas. A metodologia escolhida foi a da História Social, sob a qual observamos o objeto considerando-o como parte constituinte da totalidade histórica.

Palavras-chave: História da educação medieval. Universidade medieval. Escolástica.

## **ABSTRACT**

In this paper, a study about the medieval university in the History of Education is presented. Our purpose is to analyze its origins, especially Parisian, in the third century through the study of French historiographical interpretations produced in the twentieth century, with emphasis on French medievalists Jacques Le Goff and Jacques Verger. Besides the works of these authors, we used other contemporary authors who have studied this institution and period. We believe that the historiographical formulations show the importance of universities as institutions which prioritize to preserve and structure the knowledge. Therefore, it is necessary to understand the reflections of the authors under review in line with the historical issues. The methodology chosen was the Social History, under which we try to observe the object considering it as a constituent of the historical totality.

Keywords: History of medieval education. Medieval university. Scholastic.

## INTRODUÇÃO

Realizar um estudo da Idade Média no campo da História da Educação é desafiador, pois nos permite encontrar muitas fontes de pesquisa nessa área do saber. Isto porque se trata de um período longo. Desse modo, há ainda muito o que compreender. Em nosso estudo, realizamos um recorte dentro da História da Educação Medieval a fim de focalizar um aspecto, qual seja, o nascimento das universidades que ocorreu no século XIII.

Neste sentido, teremos a oportunidade, neste trabalho, de compreender melhor o processo histórico do século XIII, que contribuiu largamente para o nascimento e o desenvolvimento das universidades medievais e, por conseguinte, entender a contribuição do método escolástico no desenvolvimento da educação e do ensino nas cidades dessa época.

Para tanto, estudamos as obras de autores que se dedicaram a esse período, tais como Jacques Le Goff, Jacques Verger, Marc Bloch, Henri Pirenne, Jean Lauand, Terezinha Oliveira, dentre outros. Elegemos os autores contemporâneos, especialmente Le Goff (2007) e Verger (2001), por serem reconhecidos como autoridades nessa temática.

Assim, nossos objetivos incidiram no intuito de recuperar, nas obras analisadas, as origens da universidade medieval, considerando-a como local novo de estruturação e preservação do saber que estava interligada com os interesses da comunidade e os poderes laicos e eclesiásticos.

Cabe ressaltar que, ao contemplarmos as origens da universidade medieval estamos considerando as formulações dos autores mencionados, pois existe um grande debate acerca das origens da universidade na História, na história da filosofia e na história da educação. Há algumas interpretações que buscam as origens da universidade medieval nas escolas romanas, outras, a partir das escolas palatinas e outras ainda que afirmam que elas principiaram a nascer na antiga tradição das escolas do Oriente. Todavia, em virtude das abordagens realizadas pelos autores selecionados para estudo, ou seja, de acordo com a historiografia francesa referente às universidades no medievo, observamos o seu surgimento no final do século XII e início do século XIII à medida que a entendemos como corporação, o que se caracteriza como um fenômeno próprio desse século.

Acreditamos que as formulações historiográficas mostram a importância das universidades como instituições que primam pela preservação e estruturação do saber. Dessa

forma, é necessário que entendamos as reflexões dos autores em análise em consonância com as questões históricas.

Essa abordagem do objeto, tal como a parte da totalidade expressa pela sociedade do período estudado, remonta ao método da História Social, o qual, de acordo com a historiografia, surgiu da Revista dos *Annales* fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, na França. Estes autores propunham a noção de história como problema e defenderam a ideia de que a história deve contemplar diferentes campos do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Literatura e outros. Esses conhecimentos, aliados aos saberes produzidos na sociedade, possibilitariam, segundo eles, compreender as situações do presente.

Com relação à escolha das fontes para nosso estudo, concordamos com as formulações de Bloch (2001), especialmente ao afirmar a necessidade de buscar o passado por meio de vestígios deixados à posteridade.

Observar e estudar o passado expressa outro desafio, o de compreendê-lo sem a finalidade de estabelecer julgamentos, visto que cada época expressa maneiras de os homens pensarem e agirem, pois estes respondem a questões e demandas de um determinado tempo histórico. Ao fazermos isto, compreendemos e nos aproximamos de forma mais efetiva do contexto de cada existência humana, como afirma Bloch (2001, p.126):

[...] se o julgamento apenas acompanhava a explicação, o leitor estará livre para pular a página. Por infelicidade, à força de julgar, acaba-se, quase fatalmente, por perder até o gosto de explicar. Com as paixões do passado misturando seus reflexos aos *partis pris* do presente, o olhar se turva sem remédio e, assim como o mundo dos maniqueus, a humana realidade vira apenas um quadro em preto e branco. Montaigne já nos chamara a atenção: “A partir do momento em que o julgamento pende para um lado, não se pode evitar de contornar e distorcer a narração nesse viés.” Do mesmo modo, para penetrar uma consciência estranha separada de nós pelo intervalo das gerações, é preciso quase se despojar de seu próprio eu.

Nessa passagem, Marc Bloch indica que não nos cabe julgar sob a finalidade de apresentar o certo e o errado, especialmente no que se refere ao campo da história; para o autor, o que deve nortear nossos estudos é a compreensão dos acontecimentos históricos. Entendemos, desse modo, que ao conduzir nosso estudo à história para compreender uma instituição, é necessário voltarmos nossa atenção para a própria instituição e o contexto em que esta foi gestada.



Neste âmbito, prosseguimos o estudo com base em autores que se dedicaram à Idade Média a fim de conhecermos o contexto em que a universidade e a filosofia cristã (e, conseqüentemente, a Escolástica) se desenvolveram, bem como as formulações contemporâneas relativas ao tema.

Outro fundamento que sustenta nosso trabalho é o fato de julgarmos importante a compreensão do processo educativo medieval para entendermos a própria sociedade medievla. De acordo com Oliveira (2005):

[...] a Escolástica não foi apenas um método ou aspecto intelectual isolado, que provém da criatividade de alguns teóricos medievais, mas sim a maneira como os homens medievais realizavam suas ações. Trata-se de uma nova forma de pensar da sociedade, desde o mais humilde até o soberano. Caracteriza-se por ser a forma dos medievais pensarem e responderem “as questões humanas de sua época” [...] [...] Com efeito, em sua essência, a Escolástica busca explicar o homem em sua fé e em sua natureza humana. Por isso [...] antes de tudo, devemos considerá-la como uma forma de explicar a essência do ser humano e da natureza em uma dada época histórica (OLIVEIRA, 2005, p.10).

A autora justifica a importância da Escolástica para os homens medievais, pois constitui a essência do pensamento no qual se encontravam os saberes e os valores imprescindíveis à sua regulamentação/organização nas relações sociais, bem como as explicações teóricas para diversos aspectos, naturais e sociais.

Ressaltamos que pensamos como os autores estudados, que homem é um ser social, que sofre mudanças no tempo. Observamos, também, que em virtude desse entendimento, o homem do medievo apresenta mudanças ao longo do processo histórico e é justamente nessas mudanças que verificamos os elementos que interferiram e estimularam o nascimento das universidades.

Neste sentido, a análise de nosso objeto pelo viés da História Social se constitui no caminho que almejamos chegar, haja vista que o desenvolvimento da educação medieval, sobretudo, o das universidades, faz parte de um processo que envolve não apenas a cultura, mas todas as esferas da ambiência citadina do século XIII.

Assim, buscamos considerar essa instituição que prima pela preservação do saber vinculada às relações humanas e sociais, de forma a compreendê-la em sua plenitude, isto é, em sua generalidade.

## 1. SÉCULO XIII: CONTEXTO HISTÓRICO E A CORPORAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Principiaremos nossa abordagem fazendo uma breve consideração do contexto histórico em que essa instituição foi gestada, observando que a universidade e o método escolástico são oriundos das transformações sociais que vinham ocorrendo desde fins do século XII e início do século XIII.

Esse período, segundo Le Goff (2005), foi marcado por transformações sociais, dentre as quais o renascimento comercial e urbano proveniente da consolidação do sistema feudal.

Com relação ao renascimento urbano, o movimento e o desenvolvimento das cidades medievais devem-se a um conjunto complexo de estímulos e a diversos grupos. Dentre esses, estão os homens recém-chegados evadidos do campo, das famílias monásticas, os quais estavam prontos a negociar e obter ganhos. Outro grupo era dos agentes senhoriais saídos da escravidão e da servidão denominado *ministeriales*, que logo se elevaram às camadas superiores da hierarquia feudal (LE GOFF, 2005).

Outro fato relevante para entendermos o nascimento das cidades e da universidade vincula-se ao desenvolvimento das atividades agrícolas. Le Goff (2005), em *A Civilização do Ocidente Medieval*, assinala que o desenvolvimento agrícola provavelmente tenha nascido das exigências dos senhores feudais sobre os camponeses bem como do surgimento, a partir do século X, de novas técnicas agrícolas.

Entretanto, o século XI marca um período em que o progresso técnico da agricultura apresenta um crescimento mais acelerado, pois conforme Le Goff, com as melhorias no sistema produtivo agrícola houve um aumento considerável da população entre os séculos X e XIII, o que propiciou maior estímulo à produção no campo.

Le Goff (2005) propala que o crescimento populacional e o desenvolvimento feudal marcaram o início do crescimento da cristandade medieval após a Alta Idade Média. Entretanto, ainda que esses acontecimentos sejam fundamentais para compreendermos a história do Ocidente medieval nesse período, destacamos dois aspectos desse processo histórico essenciais ao surgimento das universidades: o renascimento urbano e comercial.

O comércio desempenhou papel capital na expansão da economia monetária. Como centros de consumo e de troca, as cidades precisaram do uso da moeda para regular suas transações. Ao introduzi-las nas áreas rurais, modificaram a renda feudal. Com isso, o

progresso da economia monetária passa a ser elemento crucial na transformação do Ocidente medieval.

A respeito dessa questão, observamos as palavras de Le Goff (2007, p.168):

[...] a evolução das técnicas comerciais e, em particular, o papel cada vez maior das “escrituras” no ofício dos mercadores banqueiros, fez desenvolver-se entre os mercadores o que se chamou de cultura intelectual do mercador. Essa demanda cultural dos comerciantes levou à criação de escolas secundárias urbanas como se vê em Gand desde 1179. Ela levou ao desenvolvimento de uma laicização da cultura pela promoção e pela difusão da escrita, do cálculo, da geografia e das línguas vivas.

De acordo com o medievalista francês, diante de novas necessidades e demandas, os mercadores-banqueiros necessitaram de uma nova forma de saber, cuja iniciativa proporcionou um caráter revolucionário para a forma de ensino, pois antes o conhecimento estava restrito à Igreja e aos nobres, e a partir do renascimento comercial e urbano, esse quadro de restrição muda, ainda que o poder religioso seja forte. Na figura do mercador identificamos esse papel ou influência inicial de transformação do ensino.

Essas novas necessidades apontadas por Le Goff são também, anteriormente, destacadas por Pirenne (1964) quando analisa o renascimento comercial no Ocidente medievo. Pirenne (1964, p.180-181) assevera que “[...] o ensino cessa de repartir exclusivamente os seus benefícios pelos noviços dos mosteiros e pelos futuros padres das paróquias. Sendo o conhecimento da leitura e da escrita indispensável à prática do comércio [...]”.

Observamos que a instrução (leitura, escrita), antes restrita aos homens do clero e da nobreza, passa a ser necessária ao mercador e para os demais setores da sociedade. Além da leitura e da escrita, essa sociedade precisou também aprender o cálculo. Esse ensino, por sua vez, era realizado com o uso de objetos, ou seja, ensinado de forma simples, com o manuseio do ábaco e do tabuleiro de xadrez, conforme Oliveira (2005). A autora acrescenta que o cálculo teve proliferação com manuais de aritmética a partir do século XIII.

Assim, em consonância com o surgimento dos vários ofícios que visavam à produção de bens de consumo (o cultivo da terra, a produção dos artesãos) encontra-se a figura do professor ou intelectual. Segundo Le Goff (2007, p.174):

O mestre universitário acumulava, assim, um trabalho de reflexão e de escrita, que chamaríamos hoje de pesquisa, e um trabalho de ensino. Para

muitos, a sua reputação, suas intervenções em debates sociais e políticos (por exemplo, a mendicância dos religiosos, os poderes reais, a fiscalidade pontifícia) acrescentavam a sua função um papel que, desde o século XIX, foi em geral reconhecido aos intelectuais. Este é o motivo por que chamei esses universitários de “os intelectuais da Idade Média”.

Notamos nessa assertiva que o autor, a fim de explicar o nascimento desse novo homem, que tinha a incumbência de despertar nos alunos o desejo do saber e a reflexão sobre as inquietações e demandas de sua época, revela que esse papel social dos intelectuais incide no que hoje chamamos de pesquisa, e que eles tinham a função de conduzir seus alunos à leitura e escrita, pois esse era o trabalho de ensino, seu ofício.

Ao tratarmos desse ofício, o de professor, podemos contextualizar com o historiador Jacques Verger, que afirma em sua obra, *Cultura ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*, que Pedro Abelardo (1079-1142) foi um dos maiores expoentes desse novo ofício, dessa nova realidade social, o profissional do saber – o professor. Verger (2001, p.44) identifica em Abelardo a renovação na dialética, a fundamentação da teoria escolástica e postula que ele teria sido o primeiro moralista moderno<sup>1</sup>, como verificamos na citação abaixo:

Abelardo mereceria também ser estudado por seu papel pioneiro, comparável ao de Santo Anselmo du Bec, na história da filosofia medieval. Identifica-se, freqüentemente nele o renovador da dialética, o fundador da teoria escolástica, o primeiro moralista moderno [...] (VERGER, 2001, p.44).

Nesta perspectiva, as formulações de Le Goff, a nosso ver, podem ser contextualizadas com as de Verger. Le Goff (1995), em *Os Intelectuais da Idade Média*, discorre sobre o caminho percorrido por Abelardo. O historiador alega que Pedro Abelardo foi o primeiro grande professor, especialista em lógica, que contribuiu na retomada da discussão entre fé e razão (escolástica), além de fundamentar os debates que colaboraram no desenvolvimento do método dialético para o saber.

---

<sup>1</sup> Le Goff (1995, p.47) afirma que Pedro Abelardo (1079-1142), além de especialista em lógica, também foi em Moral. Para tanto, cita sua obra intitulada *Ética ou Conhece-te a Ti Mesmo (Ethica seu Scito te Ipsum)*, na qual, como cristão nutrido na filosofia antiga, Abelardo atribui à introspecção um sentido amplo, em que o cristão é, antes de tudo, uma meditação sobre a importância do homem pecador, e o conhecimento de si aparece na *Ética* como análise do livre-arbítrio, pelo qual cabe ao homem aceitar ou recusar o desprezo de Deus, que constituiu o pecado. Desse modo, Abelardo debate e mostra que o pecado não é uma substância, pois ele consiste mais em uma ausência do que em uma presença. E reclama para o homem o poder de consentir, isto é, o consentimento ou a recusa de dados à equidade, que é centro da vida moral.

Abelardo foi primeiro um especialista em lógica e, como todos os grandes filósofos, estabeleceu antes de tudo um método. Foi um grande defensor da dialética. Com seu Manual de Lógica para Iniciantes (*Logica Ingredientibus*), e sobretudo com seu Sic et Non de 1122, deu ao pensamento ocidental seu primeiro Discurso sobre o Método. Neste livro ele prova, com uma extraordinária simplicidade, a necessidade de se recorrer ao raciocínio, pois não estão, em questão alguma, de acordo com os padres; onde um diz branco, outro diz negro: Sic et Non (LE GOFF, 1995, p.46).

Destacamos que, de acordo com Oliveira (2005), Pedro Abelardo foi um dos expoentes dessa nova realidade de ensino, revelando, em sua obra *História das minhas calamidades – Historia Calamitatum* – o quanto a antiga forma de ensino não estava mais adequada às questões/demandas dessa nova realidade social e que, portanto, não possuía mais função. Desse modo, retomamos esse filósofo do século XII para retratar que, com o renascimento nas cidades e, por conseguinte, os ofícios nela expressos, o intelectual precisa vincular o conhecimento com a prática. Ao traçarmos esse paralelo, salientamos o surgimento desse intelectual ao nascimento do mercador, como esclarece Le Goff (2007):

[...] O surgimento do mestre universitário, na Europa do século XIII, é paralela ao surgimento do mercador. O mercador, acusado primeiro de vender o tempo que não pertencia senão a Deus (o benefício do lucro chega a comerciante mesmo dormindo), justificado depois, no século XIII, por seu trabalho e por sua utilidade, forma uma espécie de par como o mestre universitário, ele também acusado, no século XIII, de vender um bem que só pertence a Deus, a ciência, e que também foi justificado pelo trabalho que realizava ao ensinar estudantes que podiam assim lhe pagar pelas lições. Uma Europa do trabalho intelectual nascia ao lado da Europa do trabalho comercial (p.173-174).

A figura do mestre se faz presente, pois estes, como corrobora Le Goff, são:

[...] artesãos de espírito, engendrados no desenvolvimento urbano do século XII, organizaram-se dentro de um grande movimento corporativo, coroado pelo movimento comunal. Essas corporações de mestres e estudantes serão, no sentido estrito da palavra, as *universidades*. Esta será a obra do século XIII (LE GOFF, 1995, p.58).

Portanto, as características destacadas em Abelardo são aquelas dos professores que formariam as corporações universitárias posteriormente, ou seja, sendo este um homem de ofício, é preciso que soubesse estabelecer relações entre ciência e ensino, ter clareza de que o conhecimento precisa ser proferido na e para a sociedade, e com isso, nela cumprir seu ofício.

O autor retratou o surgimento de um novo intelectual, cujo ofício consistia em ensinar e debater, propiciando a manifestação dos primeiros professores universitários. Essa estreita relação que Le Goff e Verger traçam entre Abelardo e os professores universitários nos permite observar que os mestres universitários do século XIII expressaram, ao mesmo tempo, continuidade e ruptura em relação aos mestres citadinos do século XII.

Verger nos apresenta esse quadro:

Os elementos de ruptura foram inicialmente de ordem institucional. Mesmo que se imponham aproximações entre o sistema universal e outras formas contemporâneas de vida associativa e comunitária (confrarias, confissões, comunas), este sistema era, no entanto, no domínio das instituições educativas, totalmente novo e original, sem verdadeiros precedentes históricos nem no Ocidente, nem nos mundos vizinhos (Bizâncio, Islã) (VERGER, 2001, p.189).

E continua afirmando que:

Diante da inadequação das estruturas antigas e da confusão criada pelo crescimento cada vez menos controlado das escolas e dos saberes, o agrupamento dos mestres e/ou dos estudantes em comunidades autônomas reconhecidas e protegidas pelas mais altas autoridades leigas e religiosas daquele tempo, permitiu tanto progressos consideráveis no domínio dos métodos de trabalho intelectual e da difusão dos conhecimentos quanto à inserção muito mais eficiente das pessoas de saber na sociedade da época (VERGER, 2001, p.189-190).

Percebemos que ambas as citações se complementam, uma vez que os resquícios de ruptura se encontram pela desorganização vista nas estruturas da sociedade anterior, pela ausência de controle no crescimento das escolas e do conhecimento proveniente de comunidades reconhecidas e protegidas pelas autoridades laicas e religiosas daquela época. Essas instituições, além de possibilitar um progresso maior no âmbito intelectual, também possibilitaram o acesso dos sábios na vida social da comunidade.

Esses personagens passaram a desempenhar funções sociais e políticas no seio da comunidade, ora a serviço do papa, ora a serviço do príncipe. Nessa perspectiva, Oliveira (2007, p.123) afirma que:

A proximidade com o poder propiciava aos intelectuais uma inserção política e cultural significativa na sociedade, pois, em geral, legislavam a favor ou contra as autoridades, questionavam ou assimilavam os antigos conhecimentos sagrados ou filosóficos. Tudo isso dava certa autonomia às universidades com relação à comunidade local, permitindo-lhes uma

liberdade de atuação cultural, científica e política que foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento.

A questão analisada por Oliveira em relação à atuação política dos profissionais do saber foi anteriormente considerada por Verger (2001), quando pontua que tais poderes, laicos e eclesiásticos, tiveram suma importância para a constituição das universidades, uma vez que:

Sem a ação dos príncipes e dos Papas, a passagem das escolas do século XII às universidades que vão ocupar a dianteira da cena no século XIII teria provavelmente sido impossível. Este elemento de contexto permite também compreender que esta mutação tenha sido feita, ao menos num primeiro momento, somente em um número limitado de locais, proporcionais ao número e às necessidades ainda relativamente limitadas destes novos poderes soberanos. [...] Os Papas e os príncipes do fim do século XII e do início do século XIII também tinham a sensação, provavelmente exagerada mas muito viva, de dever enfrentar sem cessar perigos cada vez maiores que exigiam o uso de armas intelectuais até então inéditas (VERGER, 2001, p.184-185).

Alguns aspectos ressaltados pelo autor são fundamentais para entendermos como essa instituição foi gestada. Em primeiro lugar, o autor destaca o papel social desempenhado pelos mestres universitários no seio da comunidade. Com isso, observamos que cada vez mais a vida medieva se processa na ambiência das cidades. Essa análise, a partir da citação de Verger, também foi considerada por Le Goff (1995) ao argumentar que é nas cidades, onde se formam as universidades em decorrência do número e qualidade de seus membros, que se manifesta o poder que inquieta os outros poderes.

É, justamente, lutando ou buscando apoio contra os poderes, ora eclesiásticos ora laicos, que essa instituição adquire sua autonomia. Essa questão também é encontrada em Oliveira (2007, p.120):

No início do século XIII, o papa e os príncipes encaravam essas instituições como importantes pontos de apoio político e cultural. Em função disso, editaram leis e bulas com o objetivo de instituí-las, protegê-las e nelas intervir, tanto no ensino como nas relações entre estudantes e mestres e entre estes e a comunidade.

A autora elucida o motivo pelo qual esses poderes disputavam para ter a universidade como aliada às questões de ordem política e cultural, porque os poderes civis e eclesiásticos viam vantagens com a presença universitária, na medida em que representam uma quantidade

econômica considerável. No entanto, não é somente essa questão que interessa aos referidos poderes, mas como enuncia Verger (2001, p.185): “O papado precisa dos *magistri* para pregar a Cruzada, reforçar a doutrina e formar os clérigos para a ação pastoral e sacramental”. E acrescenta:

Acrescentemos, aliás, que estas necessidades não eram percebidas somente em termos de crescimento e de luta contra as estruturas tradicionais [...] No exterior, a tomada de Jerusalém por Saladino (1187) dera uma nova urgência à Cruzada, ao passo que o “cisma dos Gregos” causava cada vez maior exasperação por parecer um obstáculo importante à liberação dos Lugares Santos. No interior, o aumento das heresias valdenses e dos cátaros, ainda que muito minoritárias mesmo entre as populações mais atingidas, provocava temor quanto à perenidade da fé e à estabilidade da Igreja. Em cada um dos casos, uma verdadeira nova evangelização parecia ter se tornado necessária [...] (VERGER, 2001, p.185).

Entendemos, a partir da citação de Verger, que o contexto em que as escolas do século XII se transformaram em universidades é proveniente do conjunto de tensões, inquietações e, por conseguinte, de uma vida intensa que impulsionou as novas instituições educativas.

Desse modo, vários foram os acontecimentos e as transformações ocorridos que serviram de cenário para o nascimento das universidades, como já pontuamos. Contudo, é necessário ressaltar que consideramos essa instituição como local onde proliferou, difundiu e ainda são difundidas as experiências humanas mais profícuas e essenciais no que tange à busca do conhecimento. É, pois, com essa concepção que continuamos a analisar essa corporação, de caráter formador, de local onde se consolida e universaliza o saber.

O texto de Le Goff (2003), intitulado *História e memória*, nos permitiu a compreensão do surgimento das universidades como *locus* de preservação e estruturação do saber, já que essa instituição encontrava-se mediada pelas relações políticas, ora a serviço do papado, ora a serviço do príncipe (poder laico).

Ao tratarmos de história e memória, remetemo-nos a sua importância em nosso objeto de estudo, pois ambas, história e memória, estão interligadas, como lembra Le Goff (2003) ao afirmar que toda história é contemporânea à medida que o passado é apreendido no presente e responde a seus interesses.

Le Goff (2003) atribui à palavra memória um conceito essencial, porque a memória, além de ser um fenômeno individual e psicológico, também está em conformidade com a vida social. Essa varia em detrimento da presença ou ausência da escrita e é objeto de atenção, de



forma geral, das nações que, para conservarem qualquer acontecimento do passado, produzem diversos documentos. A apreensão da memória depende desse modo, do ambiente social e político, além da aquisição de imagens e textos que tratam do passado e, em suma, da apropriação do tempo.

De acordo com o autor, a memória no medievo vinculava-se à religião. Oliveira (2007) também aborda essa questão quando aventa que:

[...] A memória coletiva viria do cristianismo, na medida em que este tinha se estabelecido como ideologia dominante, “o essencial vem da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante”.

O domínio do cristianismo e, de certa forma, do judaísmo, em muito contribuiu para a preservação da memória na Idade Média, pois seriam, segundo este autor, por excelência, religiões de recordação.

Nessas duas religiões, a lembrança é uma das suas principais bases de existência e divulgação, já que é necessário relembrar-se dos atos divinos e das palavras sagradas para assegurar a salvação espiritual. Todavia, um outro aspecto da memória medievá é salientado por Le Goff. Ao lado de uma memória vivida diariamente pelos homens comuns, existiria um desenvolvimento da memória escrita entre os clérigos e literatos. Isto lhe permite afirmar que entre o grupo dominante existia equilíbrio entre memória escrita e oral (OLIVEIRA, 2007, p.125-126).

A autora cita a importância da memória oral e escrita para os homens medievais, uma vez que esta se constitui em um dos elementos primordiais ao intelecto, porque os homens medievais precisavam retê-lo para construir seus saberes. O conhecimento adquirido por estes, seja na forma da memória escrita ou oral, é o que impulsiona suas ações, e isso é observado por Oliveira (2007, p.128) ao revelar que “[...] De acordo com santo Tomás, lembrar-se dos fatos do passado é importante porque esta memória nos aconselha sobre o agir presente e futuro”.

Se nos afastarmos das nossas lembranças, sobretudo as das origens da universidade, que são os *locus* de preservação e estruturação do saber e, por conseguinte, nosso espaço do agir, mais nos distanciaremos da virtude da prudência no que tange ao conhecimento, pois não estaremos comprometidos com o presente e tampouco com o futuro do conhecimento. Essa ausência nos levaria à fragmentação, pois não buscaríamos o todo do processo (OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2005) também nos leva a pensar que retomar o passado faz-se necessário, pois nos servirá de exemplo para analisarmos como os homens viveram e resolveram as situações postas em seu cotidiano. Destaca a autora que em cada tempo histórico as situações

são ímpares e requerem soluções compatíveis a seu tempo. O que, a nosso ver é fulcral, é que ao estudarmos o passado aprendemos lições, conhecemos outras sociedades, possibilitando-nos compreender como a sociedade em que estamos inseridos se consolidou.

Em consonância com a formulação da autora, concordamos que estudar o passado, sobretudo, as universidades, possibilita-nos aprender de forma mais elucidativa o sentido de formação, especialmente nós, que estamos em processo de formação acadêmica. Eis aí o principal motivo de estudarmos essa instituição, porque acreditamos que é nesse espaço que se concretiza a formação humana, a formação intelectual.

Fundamentando-nos em Le Goff (2007), pensamos nessa totalidade em que analisamos essa instituição, entendida como corporação universitária. Favorecidas pelos burgueses, as escolas urbanas multiplicaram-se a partir do século XII, contribuindo para o ensino da Europa e servindo de base essencial para a criação das universidades. Estas, por seu turno, receberam o nome de *studium generale*, escola geral, que situavam no meio ambiente do grande movimento de organização dos ofícios nas cidades, constituindo-se em corporação como os demais ofícios e recebendo o termo universidade, que significava corporação e que apareceu pela primeira vez em 1221 em Paris, para designar a comunidade de mestres e estudantes parisienses.

Verger (2001) aponta que as primeiras universidades desse século foram pouco numerosas, contando com sete ou oito instituições de fato ativas, sendo elas a de Bolonha, Paris, Oxford, Cambridge, Montpellier, Salamanca, Nápoles, talvez Pádua ou Vercelli, entre outras.

Desse modo, na Idade Média, Le Goff (2007) e Verger (2001), dentre outros autores<sup>2</sup>, assinalam que essa corporação foi instituída em dois modelos principais: o modelo parisiense e o modelo bolonhês. Traçaremos um paralelo entre esses dois modelos, não com o intuito de analisá-los detalhadamente, pois isso demandaria outra pesquisa, mas sim para situarmos a sua importância na sociedade medieval, além de fazerem parte das origens das corporações universitárias. Iniciamos com o modelo parisiense, por ter perdurado até os dias atuais.

---

<sup>2</sup> Além destes, Ullmann também aborda os modelos universitários. Sobre essa questão, recomendamos a leitura de seu livro *A Universidade medieval* (2000), especialmente os capítulos V e VI.

Le Goff (1995; 2007) registra que, ao longo do século XIII, esse modelo configurou ao mesmo tempo sua organização administrativa e profissional, o qual era composto por quatro faculdades: Artes, Decretos ou Direitos Canônicos<sup>3</sup>, Medicina e Teologia.

Com a análise de Verger (2001), observamos a história do nascimento e dos primeiros desenvolvimentos da universidade de Paris. Os documentos considerados pelo autor são pouco numerosos, totalizando 95, dentre os quais o autor descreve quatro, a saber, o privilégio de Felipe Augusto<sup>4</sup> (1200), os Estatutos de Robert de Courson (agosto de 1215), *Super Speculam* (16 de novembro de 1219) e *Parens Scientiarum* (13 de abril de 1231).

Segundo Le Goff (2007), os universitários eram regidos por reitores, mestres e supervisionados pelo chanceler, em geral nomeado pelo bispo local, e cuja importância (do chanceler) foi silenciada à medida que os universitários ganhavam autonomia. Os universitários, de modo geral, escaparam das interferências e dos esforços de dominação dos poderes (laico e eclesiástico), quer sejam das cidades ou das monarquias. Entretanto, as universidades, por serem instituições da Igreja, tiveram que aceitar as intervenções pontifícias, como afirma o autor:

[...] Em compensação, as universidades, por serem instituições da Igreja, tiveram de aceitar as intervenções pontifícias. Mas estas foram, em geral, distantes e leves. Em certos casos, o bispo do lugar utilizou o seu poder teórico para intervir brutalmente nos assuntos da universidade e fazer reinar aí uma espécie de censura [...] (LE GOFF, 2007, p.174).

Contudo, o referido autor assevera que houve condenações por parte de alguns bispos que visavam aos empréstimos tanto reais como supostos feitos das interpretações realizadas por mestres parisienses, especialmente das ideias de um comentador de Aristóteles, Averróis, cujo ensino pautava-se no que denominou teoria da dupla verdade, significando que ao lado da verdade dogmática (no caso dos cristãos, seria a Bíblia e o ensinamento da Igreja). Era considerada legítima uma verdade segundo a razão que podia ser ensinada mesmo que fosse contrária à verdade da Igreja.

Desse modo, observa-se, nas formulações de Le Goff (2007, p.175), que Aristóteles foi um expressivo nome no ambiente da universidade parisiense, e “[...] embora as suas obras

<sup>3</sup> O papa Honório III proibiu o ensino do Direito Civil em 1219 (LE GOFF, J. *Os intelectuais da Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1995).

<sup>4</sup> Na primavera de 1200, alguns estudantes foram mortos por sargentos do rei. Em julho, por meio de um privilégio, Felipe Augusto condenou à prisão ou ao banimento os sargentos culpados e seu chefe (VERGER, J. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001).

lógicas tivessem sido traduzidas há muito para o latim [...]”, elas ganham notoriedade no século XIII com as traduções latinas que continham sua metafísica, sua ética e sua política. Apesar de, em um primeiro momento, suas obras terem sido proibidas nas universidades, com o tempo atraíram sobremaneira a curiosidade e o desejo dos estudantes.

Neste sentido, Le Goff (2007) menciona ter ocorrido um aristotelismo medieval que se tornou moda, o qual, por volta de 1260-1270, adentra no espaço universitário. Um mestre que também estava em evidência era o dominicano Tomás de Aquino, um dos grandes introdutores na universidade:

Os dominicanos estiveram à frente nas Universidades. Foram mestres, alunos, se envolveram efetivamente na busca do conhecimento. Exatamente por esse envolvimento que vemos os nomes de Alberto Magno e, especialmente, o de Tomás de Aquino presentes e influentes nas Universidades até aos nossos dias. Esses dois mestres estiveram envolvidos e, ao mesmo tempo, criaram um novo filosofar para a humanidade. Criaram a possibilidade de se fundir o pensamento aristotélico à fé cristã. Esta é uma das razões pelas quais Santo Tomás, o irmão dominicano, é considerado o grande mestre da Escolástica (OLIVEIRA, 2005, p.35).

A citação acima demonstra o envolvimento dos mestres na busca pelo conhecimento e em conduzir seus alunos para esse fim. Com eles, observamos a introdução ao pensamento aristotélico, e que este, por sua vez, altera o cenário do saber medieval, pois como postula Oliveira (2005, p.32):

[...] A razão e o naturalismo presentes nas obras do “Filósofo”, como o designará Santo Tomás, colocam em xeque as estruturas do pensamento cristão. A cristandade latina tem que interpretar, assimilar e corrigir o pensamento e é exatamente esse processo que gera a grande crise do conhecimento medieval.

Ao tratarmos do pensamento aristotélico disseminado no ambiente da universidade parisiense pelos mestres, especialmente santo Tomás de Aquino, percebemos que esse pensamento possibilitou à cristandade um debate que culminou, segundo Oliveira (2007, p.121), no “[...] caminho teórico da modernidade, pois foi o empirismo aristotélico que dominou os saberes da modernidade [...]” .

Com relação a esse ambiente – a universidade parisiense, em que observamos maior expressividade do pensamento aristotélico – Le Goff (2007) enuncia que os mestres e estudantes receberam privilégios do Papa Celestino III, em 1174, e do rei da França, Filipe

Augusto, em 1200. No entanto, essa universidade só recebeu seu estatuto do legado pontifício de Roberto de Courson em 1215, e de uma bula de extrema importância do Papa Gregório IX em 1231 (*Parens scientiarum*).

Reproduzimos a análise de Oliveira acerca da importância desse *locus* de saber:

[...] a Universidade de Paris constitui o centro de saber da cristandade latina porque é nela que as duas áreas do conhecimento que permitem um saber totalizante do mundo terreno e divino eram ensinadas: a Teologia e a Filosofia e, sobretudo, o espírito que anima esse fazer Filosofia e Teologia. Tudo que se dizia respeito a um saber mais universal, passava pela Universidade de Paris[...] (OLIVEIRA, 2005, p.30).

A autora sublinha que essa instituição brilhou, influenciando toda a cristandade, podemos pontuar que a Universidade de Paris foi um foco de debate intelectual e de renovação de ideias. Le Goff (2007) apregoa que na cristandade desse período, acostumada pela Igreja ao internacionalismo, as universidades impressionaram ao tornar os mestres e estudantes itinerantes, indo procurar o saber no estrangeiro, mudando de um local a outro, seguindo a reputação de uma universidade ou de um mestre.

Os mestres parisienses do século XIII, considerados ilustres, foram os dominicanos Alberto Magno, Tomás de Aquino e o franciscano Boaventura. Os dois primeiros assim são considerados, pois de acordo com Oliveira (2007, p.116):

[...] se dedicaram à investigação da natureza, da natureza das coisas, valorizaram a importância das investigações empíricas e compreenderam e que, para tratar das ciências naturais, era preciso a experiência e o conhecimento de outras autoridades além das sagradas, como Aristóteles [...].

Ainda para esta autora, tanto os dominicanos quanto os franciscanos, ou seja, as ordens mendicantes se opõem à situação estabelecida pela Igreja, buscando romper com as tradições de luxo e de poder, porque pregavam a pobreza e a evangelização, e com isso atraíam muitos jovens, os quais, por seu turno, debatiam essa posição (das forças religiosas novas entre as tradicionais da Igreja) no interior das universidades justamente por seus principais mestres (mencionados anteriormente) serem dessas duas ordens. Esses mestres são assim considerados por estarem preocupados com o conhecimento, com as ciências e com a evangelização. Salientamos esse último aspecto dos franciscanos que, na visão de Oliveira

(2005, p.35), “[...] se dedicavam com afinco à tarefa de evangelização sem maior atenção para a pesquisa intelectual [...]”.

Passaremos, na sequência, a tecer considerações acerca do modelo bolonhês. Inicialmente com Verger (2001), observamos que sua análise direciona as escolas de Direito de Bolonha, que conquistaram desde uma expressiva reputação e sua influência percorreu para além dos Alpes desde a metade do século XII. No início de 1190, verificam-se os primeiros traços de uma organização comunitária institucional, que anunciam a passagem à universidade.

Le Goff (1995) assinala que em Bolonha, por um longo tempo, a Igreja se desinteressou pelo ensino de Direito, pois o considerava uma atividade secular. Foi em 1219 que a universidade recebeu como chefe o arcebispo de Bolonha, o qual parece ter exercido a função de chanceler.

Contra os poderes laicos, observamos com Le Goff (1995) que em Bolonha o conflito entre a universidade e os burgueses foi violento, visto que em 1278 a Comuna governa a cidade praticamente sozinha, sob a suserania do imperador, e posteriormente, como já pontuamos, recebe privilégios do imperador Frederico Barba Ruiva. Le Goff (1995, p. 62) complementa afirmando que:

A Comuna havia imposto residência permanente aos professores, nomeando funcionários e intervido na colaboração de graus. A instituição do arcediogo veio a limitar sua ingerência nos assuntos universitários. Uma série de conflitos, de greves e partida de universitários para se refugiarem em Vicenza, Arezzo, Pádua e Siena, leva a Comuna à conciliação. A última luta teve lugar em 1321. A universidade não precisou mais se submeter às intervenções comunais.

A análise do autor revela os conflitos travados até a instituição conseguir estabilidade com relação ao poder laico, e isso foi possível devido à greve e secessão travadas pela corporação universitária.

Ainda nos fundamentando em Le Goff (1995), verificamos, seguidos do poder laico, a intervenção e o apoio do papado. Em Bolonha, Honório III coloca à frente da universidade o arcebispo, que a defende contra a Comuna. Por isso, a universidade é emancipada, já que a cidade reconhece o papa como senhor de Bolonha, isto é:

O apoio do pontífice é um acontecimento capital. Sem dúvida, a Santa Sé reconhece a importância e o valor da atividade intelectual; mas suas intervenções não são desinteressadas. Se ela tira os universitários das jurisdições laicas, é para colocá-los sob a jurisdição da Igreja. Assim, para conseguir esse apoio decisivo, os intelectuais se vêem forçados a optar pelo caminho da participação eclesiástica, contra a forte corrente que os impulsiona no sentido da laicidade. Quando o papa retira os universitários do controle local da Igreja – não inteiramente, entretanto, pois veremos no decurso desse século a importância das condenações episcopais no domínio intelectual – é para submetê-los à Santa Sé, integrá-los em sua política, importa-lhes seu controle e seus fins (LE GOFF, 1995, p.63).

Le Goff (1995) nos revela que novas ordens aparecem para essa instituição, porque o apoio do papado é proteger os intelectuais para, assim, os dominarem. Dessa maneira, observamos, a partir da citação acima, que essa instituição é uma corporação eclesiástica, ainda que seus membros não sejam ordenados e que contem com uma expressiva quantidade de leigos. Os intelectuais, na acepção do autor, são considerados clérigos e dependem da jurisdição eclesiástica.

Verger discorre sobre alguns aspectos da originalidade do modelo bolonhês:

Para compreender bem a originalidade do fenômeno bolonhês, é preciso evidentemente lembrar que os estudantes que vinham freqüentar as escolas de Direito, eram normalmente jovens já maduros, geralmente de um certo nível social ou mesmo nobres, conseqüentemente bastante seguros e dispendo de muitos meios. A maioria deles era estrangeira na cidade e muitos vinham de além dos Alpes. A exemplo de certos mercadores, eles criaram o hábito de se agrupar em “nações”, segundo sua origem geográfica (VERGER, 2001, p.212-213).

O autor acresce que os universitários se agrupam de acordo com a origem geográfica, resultando no que o autor denomina confrarias, as quais seriam denominadas mais tarde *universitates*. Verger pontua que essa nova forma de associação calçou-se na consciência dos estudantes e até em seus mestres, cujo curso acompanhavam. Com isso, resultou no aparecimento de confrarias religiosas e agrupamento de profissões.

Inicialmente, nações e universidades eram simples associações de ajuda mútua, como preconiza Verger (2001), e após algumas intervenções, sobretudo pontifícias, entre 1224 e 1250, o Papa, os mestres e os estudantes reuniram-se contra o imperador Frederico II que almejava arruinar as escolas bolonhesas em detrimento do *studium* que ele acabara de criar em Nápoles. Devido a isso, a universidade de Bolonha assumiu uma forma institucional quase estável e definitiva.

À medida que estudamos a corporação universitária, compreendemos um pouco mais da trajetória dos intelectuais que dela fizeram parte. Contudo, é preciso citarmos o método desenvolvido nessa ambiência e difundido pelos intelectuais. Nesse intento, analisamos, a seguir, a herança da atividade intelectual, ou seja, o método escolástico relacionando-o com o florescimento da vida urbana estimulada pelos artesãos e mercadores.

## 2. MÉTODO DE ENSINO DO SÉCULO XIII: A ESCOLÁSTICA

Vimos que a sociedade medieval baseava-se na agricultura e que o renascimento comercial foi caracterizado não apenas pela demanda populacional, mas também pelo crescimento técnico do trabalho rural, e esses desenvolvimentos proporcionaram, efetivamente, o progresso da sociedade de forma geral, em todos os elementos das cidades e do comércio.

Nesse contexto, destacamos a abordagem de Henri Pirenne (1964, p.109-110) quando afirma que em nenhuma civilização a vida urbana se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria. Complementa o autor que um aglomerado urbano só pode subsistir pela importação de gêneros alimentícios que traz de fora. Estabelecer-se-á sempre entre a cidade e seus vizinhos uma relação de serviço.

Pirenne assevera que o comércio e as atividades artesanais são indispensáveis para a manutenção dessa recíproca dependência: sem a importação que assegura o reabastecimento, sem a exportação que compense os objetos de troca, a cidade morrerá. Notamos uma situação de simultânea dependência na sociedade medievá, pois a cidade necessitava do campo e vice-versa.

Essa mútua dependência e reciprocidade entre campo e cidade para o florescimento do que viria a ser a Europa Moderna também é analisada por Le Goff na obra *As raízes medievais da Europa*. Nela, o autor evidencia a função das cidades como um processo de formação inovador, o espírito de liberdade e a mentalidade social que culminariam na mistura da população e na criação de novas instituições.

[...] a cidade medieval conserva, e até reforça, uma mentalidade urbana que é uma parte importante da sua originalidade e do seu poder. A oposição cidade/campo, que equivale mais ou menos à civilização/barbárie, já era forte no mundo romano. É mais forte ainda na Idade Média, quando se sabe que a massa camponesa era formada, em toda a cristandade, por pessoas que



eram chamadas de “vilãs”, e que durante muito tempo conservaram um *status* de “não livres”, de escravos, depois, de servos, ao passo que cidadãos e livres coincidiam. Um provérbio alemão, que apareceu, aliás, na Idade Média, diz “o ar da cidade liberta” (*Stadtluft macht frei*) (LE GOFF, 2007, p.145).

A citação supracitada apresenta aspectos que precisam ser destacados. O primeiro que reputamos importante nos remete ao espírito de liberdade e urbanidade que só se fez possível nas cidades em razão das mudanças de comportamentos, pelo amparo legal que foram criados e, sobretudo, em virtude do nascimento de uma nova posição e compreensão do viver em comunidade, oriundo da circulação do comércio e de saberes. Desse modo, baseado em Oliveira (2005), é necessário considerar esse espírito de liberdade e urbanidade como a espinha dorsal da mistura da população e do surgimento de novas instituições. Na passagem a seguir, fica explícito o desenvolvimento do ensino nas cidades; Le Goff, inclusive, nos aponta números sobre esse processo.

A importância dessa atividade escolar varia segundo as regiões e as cidades, mais atinge, freqüentemente, 60% das crianças das cidades, ou até mais. E em certas cidades, como em Reims, por exemplo, atinge também as meninas. Mas se notará, sobretudo, para a nossa finalidade, a criação e o sucesso rápido de centros que diríamos de ensino superior, as universidades. Elas atraem numerosos estudantes; apelam para mestres muitas vezes renomados e até ilustres; e lá que se elabora um novo saber, resultado das pesquisas do século XII, a escolástica. Finalmente, o quarto acontecimento, que sustenta e alimenta os três outros. Trata-se da criação e extraordinária difusão, em cerca de trinta anos, de novos religiosos que residem na cidade e são ativos, sobretudo no meio urbano, os frades das ordens mendicantes, que formam a nova sociedade e remodelam profundamente o cristianismo que ela professa (LE GOFF, 2007, p.144).

Nas cidades, encontramos os estudantes, os mestres mendicantes que promovem um “verdadeiro borbulhar de saberes” e a universidade é seu espelho, ou seja, há o desenvolvimento da corporação universitária e com ela o método de ensino, a difusão de novas ordens religiosas. Nesse âmbito, observamos a cidade como palco de transformações sociais e culturais, e a denotamos como borbulhar de saberes, porque essas novas demandas culminaram na gestação das universidades, nas quais encontramos a manifestação e a universalização do conhecimento.

Assim, observamos que os séculos XII e XIII expressam o florescimento da vida urbana estimulada pela atividade dos artesãos e dos mercadores, e nesse cenário assistimos ao amadurecimento do principal método de ensino recorrente na universidade: a escolástica. De

acordo com Le Goff (2005, p.75), “[...] a escolástica é uma das filhas das cidades, e reina nas instituições novas, as universidades, corporações intelectuais”.

Oliveira preconiza, em *Escolástica* (2005), que a escolástica não pode ser simplificada a um método intelectual isolado, resultante da capacidade fecunda de alguns sábios medievais, mas se constitui como essência do pensamento medieval, da qual os homens desse tempo obtinham os saberes e valores para regulamentar suas relações sociais.

Convém ressaltarmos que junto com o método de ensino que amadurece na universidade, a própria dinâmica da universidade obedece aos ditames de seu tempo, ou seja, tal como os demais ofícios, se organiza sob a forma de corporação.

Le Goff (2007) contribui para o debate dessa importante herança da atividade intelectual do século XIII, cujo conjunto de métodos e de obras foi classificado sob o nome de escolástica. Esse termo significa, em conformidade com o autor, a produção intelectual ligada à escola a partir do século XII, e mais especificamente às universidades no século XIII.

A escolástica, na concepção de Le Goff (2007), advém do desenvolvimento da dialética, uma das disciplinas do *trivium*. O autor destaca Anselmo de Cantuária (1033-1109) como o pai da escolástica. Sobre esse método, Oliveira (2005) cita três momentos, a saber, o seu nascimento com Boécio, o seu florescimento com Santo Anselmo e o seu apogeu com Santo Tomás de Aquino.

Para Le Goff (2007, p.185), seguindo as formulações de Anselmo de Cantuária, este concebia a dialética como método de base à reflexão ideológica. Nesse sentido, a meta da dialética é a inteligência da fé, cujo procedimento implica o recurso à razão:

[...] A meta da dialética é a inteligência da fé, cuja fórmula ficou célebre desde a Idade Média, *fides quarens intellectum*. Esse procedimento implica o recurso à razão, e Anselmo completou a sua doutrina pela idéia da compatibilidade entre o livre-arbítrio e a graça. A escolástica pode ser considerada como o estabelecimento e a justificação de uma concórdia entre Deus e o homem. Anselmo também forneceu à escolástica um fundamento, as provas da existência de Deus segundo um procedimento racional.

Desse modo, o autor explica que a escolástica, então, pode ser considerada como o estabelecimento e a justificação de uma concórdia entre Deus e o homem, isto é, entre fé e a razão. Ao abordar esse pensamento, Le Goff (2007) descreve como o método escolástico foi gestado no século XII, denominando-o experimentação o início de sua difusão nesse século.

A experimentação, no século XII, de um novo método de reflexão e de ensino foi o prólogo do método propriamente escolástico das universidades. Trata-se, primeiro, de construir um problema, de apresentar uma *quaestio*, e essa *quaestio* era discutida (é a *disputatio*) entre o mestre e os alunos. Enfim, o mestre dá a solução do problema após essa discussão, é a *determinatio*. No século XII, no programa das universidades apareceram, duas vezes no ano, dois exercícios em que se manifestava o talento intelectual dos mestres, as questões quodlibetais, em que os estudantes punham ao mestre uma questão acerca de qualquer problema, à sua escolha. A reputação dos mestres muitas vezes se fazia em cima de sua capacidade de responder a essas questões (LE GOFF, 2007, p.185-186).

A citação indica o fundamento desse ensino baseado no método escolástico, isto é, levava os estudantes à reflexão. Esse método, embora ganhe corpo no século XIII, é desenvolvido no século XII. Assim, o ensino universitário conduz a publicações, cuja finalidade se explica na difusão e na promoção dos livros por parte das universidades.

Ainda sob a influência de Le Goff (2007), observamos que no século XIII as produções escolásticas se exprimem em duas formas: os comentários<sup>5</sup> e as sumas<sup>6</sup>. Dentre os célebres escolásticos e suas sumas, podemos citar Alberto Magno, o mestre de Santo Tomás de Aquino<sup>7</sup>, autor de uma imensa obra, dentre as quais a *Suma Teológica* (obra inacabada em decorrência de sua morte) e a *Suma contra os gentios* (1259-1265), entre outras.

Nessa perspectiva, realçamos a importância e o propósito de Alberto Magno que, segundo Oliveira (2005), consistiu na tarefa de difundir no seio da cristandade o pensamento aristotélico, e suas formulações conduziram a um novo horizonte para o pensamento escolástico. Dessa forma, os homens continuaram crendo que Deus é o criador de todas as coisas da natureza, porém as coisas da natureza poderiam ser conhecidas pelos homens por meio da razão, conforme explicitam os autores estudados.

Ainda sobre a relevância de Alberto Magno para o desenvolvimento da filosofia cristã e, por conseguinte, para a compreensão da Escolástica, a autora ressalta um aspecto crucial para essa compreensão, a saber, a sistematização das obras aristotélicas (razão/filosofia) com

---

<sup>5</sup> Com a *disputatio*, o comentário foi o aguilhão essencial do desenvolvimento do saber no século XIII. Graças ao comentário pôde ser elaborado um saber original produzido pelos mestres em função das preocupações contemporâneas, mas apoiando-se na tradição e fazendo-a evoluir. A Europa dos comentários inaugura a Europa do progresso intelectual, sem ruptura com a tradição (LE GOFF, 2007, p.187).

<sup>6</sup> O próprio nome de suma exprime o desejo dos intelectuais do século XII oferecer uma síntese documentada e argumentada de uma filosofia que não estava ainda separada da teologia (LE GOFF, 2007, p.187).

<sup>7</sup> Cumpre destacar que o dominicano Alberto Magno (primeiro alemão a obter o título de mestre em teologia da universidade de Paris em 1248) foi mestre de Tomás de Aquino, pois ele trouxe o pensamento aristotélico para a cristandade.

a ideia evangelizadora da encarnação (fé/teologia). Oliveira (2005) postula que mesmo este tendo sido um dos maiores divulgadores do pensamento aristotélico, não pode ser classificado apenas assim, pois ele também foi um profundo conhecedor dos escritos agostinianos.

Desse modo, coube a seu discípulo, Santo Tomás de Aquino, a função de criar uma nova doutrina, fundamentada na filosofia cristã, que permitisse chegar à verdade das coisas por meio da união do conhecimento racional e o da fé e também da evangelização.

Neste sentido, a importância do Aquinate para a vertente estudada por Oliveira (2005) é que este prioriza a necessidade de se compreender as questões humanas em sua totalidade. O século XIII, segundo a autora, demonstrou à humanidade que o ser humano é um único ser, matéria e espírito. São, justamente, esses dois elementos que compõem a totalidade humana. Com isso, o mestre revolucionou o pensamento cristão tradicional, pois até então apenas a alma era concebida como aspecto essencial do homem.

Essa questão analisada por Oliveira também é destacada, anteriormente, por Le Goff ao afirmar que:

Segundo Tomás, o homem é um homem total. Não somente uma criatura de Deus, que é um animal racional, mas é também um “animal social e político” que serve, para manifestar a sua individualidade, de um dom essencial de Deus, a linguagem. De maneira geral, os escolásticos deram uma atenção muito grande à linguagem, e têm o seu lugar numa história europeia da lingüística (LE GOFF, 2007, p.188).

Destarte, verificamos que as formulações de Le Goff (2007) e Oliveira (2005) comungam de uma mesma interpretação, a de que o ser humano é um único ser dotado de matéria e espírito, por isso é considerado ser total, e os escolásticos são exemplo disso, porque buscam explicar as relações humanas e praticarem as ciências, sobretudo a filosofia, ou seja, buscam explicar o homem em sua fé e em sua natureza humana em uma dada época histórica.

Portanto, no século XIII, vimos com os autores estudados, especialmente com Oliveira (2005), que este é o cenário de profundas inovações que influenciaram o encaminhamento da filosofia cristã/escolástica. Ao começar pela expressiva entrada do pensamento aristotélico (tanto por traduções árabes quanto pelos próprios ocidentais). A fundação das Universidades, das Ordens Mendicantes, a primeira vitória de um rei sobre o poder papal (a batalha de Bouvines em 1214), proporcionando ao Ocidente grandes perturbações, seja pelas transformações sociais, seja pelas diferentes correntes teóricas oriundas da cristandade, sob a base dos escritos de Alberto Magno, Santo Tomás de Aquino, São Boaventura.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nosso estudo sobre a origem da universidade medieval no século XIII, pudemos observar que essa instituição revela certa complexidade que incide no processo de desenvolvimento do homem na sociedade como um todo. Desse modo, acreditamos que os autores elegidos possibilitaram-nos não somente compreender o contexto histórico em que esta instituição foi gestada, mas também refletir sobre a natureza humana e a educação da época.

Salientamos que o estudo no campo da História da Educação permitiu-nos compreender um pouco mais sobre a maneira como construímos nosso conhecimento, nossas instituições, pois notamos que o conhecimento da história constitui condição essencial para entendermos o passado, como os homens se relacionavam, como eram suas relações sociais e políticas, e o que delas resultaram, pois a nosso ver isso nos possibilita construir o conhecimento do presente. Esses aspectos comungam com as formulações de Bloch (2001), especialmente ao afirmar a necessidade de buscar o passado por meio de vestígios deixados à posteridade.

Em um primeiro momento, verificamos os acontecimentos históricos ocorridos na sociedade ocidental do século XIII, cujo sistema de produção desenvolvia-se e com ele nasceram as cidades e as práticas de comércio (PIRENNE, 1964; LE GOFF, 2005, 2007). Nesse contexto, os homens estabeleceram novas formas de relações sociais e políticas, que, por conseguinte, caracterizaram o espaço da universidade, porque “o *locus* que se caracteriza como espaço da cidade é o da Universidade, ou seja, essa instituição surge exatamente por que também foi criado o espaço citadino” (OLIVEIRA, 2010, 264).

É nesse espaço, nessa instituição que verificamos o nascimento de um novo homem, que tinha a incumbência de despertar nos alunos o desejo do saber, e também a tarefa de refletir sobre as inquietações e demandas de sua época, estamos nos referindo à presença de um novo intelectual, cujo ofício consistia em ensinar e discutir, ou seja, a presença dos mestres universitários.

Em um segundo momento, compreendemos essa instituição como *locus* de preservação e estruturação do saber e que se encontrava mediada pelas relações políticas, ora a serviço do papado, ora a serviço do príncipe (poder laico). Além disso, traçamos um breve paralelo entre os modelos universitários, parisiense e bolonhês, pois constatamos que esses

foram os principais espaços universitários, sendo o parisiense o modelo que teve maior expressividade e porque não dizer, que nos legou até os dias atuais a universidade.

Em decorrência dessas análises, pudemos observar que nas cidades encontramos os estudantes, os mestres mendicantes que promoveram um “verdadeiro borbulhar de saberes” e a universidade é seu espelho. Os séculos XII e XIII então, expressaram o florescimento da vida urbana estimulada pela atividade dos artesãos e dos mercadores, e nesse cenário assistimos ao amadurecimento do principal método de ensino recorrente na universidade: a escolástica. Esta é analisada pelos autores elencados em nossa pesquisa como resultado da capacidade fecunda de alguns sábios medievais, constituída como essência do pensamento medieval, da qual os homens desse tempo obtinham os saberes e valores para regulamentar suas relações sociais e não como um método intelectual isolado.

Enfim, pudemos constatar que a origem da universidade medieval do século XIII é parte constituinte de seu contexto histórico, ou seja, envolve a compreensão da totalidade na sociedade ocidental do século estudado. Desta forma é que concebemos a relevância dos estudos em História da Educação Medieval e das obras dos autores contemporâneos estudados para a formação de educadores na atualidade.

## **REFERÊNCIAS**

BLOCH, M. **Apologia da história**, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CATRO, H. História social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. cap. 2.

HUGO DE SAINT-VICTOR. **Didascálicon**: Da arte de ler. Petrópolis: Vozes, 2001.

LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OLIVEIRA, T. **As Universidades na Idade Média** (séc. XIII). São Paulo: Mandruvá, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escolástica**. São Paulo: Mandruvá, 2005.

\_\_\_\_\_. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, Jan/Jun 2007.

\_\_\_\_\_. Universidade e cultura na ambiência citadina do século XIII: um olhar sobre os mestres Tomás de Aquino e Boaventura. In: OLIVEIRA, T. (Org.). **História e Historiografia da Educação nos Clássicos**: estudos sobre Antiguidade e Medievo. Dourados: UEMS, 2010.

PIRENNE, H. **As cidades da Idade Média**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1964.

VERGER, J. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.